

Caracterização do turismo e impactos nas comunidades locais do arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau)

Characterization of tourism and impacts on local communities in the Bijagós archipelago (Guinea-Bissau)

Antonio Correia Junior¹; Edson Vicente da Silva²; Orlando Inácio Jalane³; Carlos Henrique Sopchaki⁴

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. Email: antonio.correiajunior@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0742-5434>

² Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. Email: cacauceara@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5688-750X>

³ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. Email: ojalane@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5638-0311>

⁴ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. Email: carlos.geografia@ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8127-4529>

Resumo: O efeito turístico tem gerado análises, estudos e pesquisas sobre as relações que produz em consequência das viagens e dos efeitos negativos ou positivos produzidos nas populações receptoras. Cabe destacar que os residentes de destinos turísticos geralmente não são consultados quando o turismo começa a se desenvolver em sua localidade. Esta pesquisa objetiva apresentar uma discussão de autores que descrevem a respeito dos impactos do turismo nas comunidades receptoras e a importância de conhecer a percepção e atitude dos moradores do Arquipélago dos Bijagós, a respeito do turismo e seus impactos. A metodologia da pesquisa contou com revisão bibliográfica, através da qual foi possível perceber que os impactos positivos do turismo estão relacionados com a renda gerada pelos turistas, geração de empregos e fortalecimento da cultura local. O surgimento de aspectos negativos como criminalidade, aumento no consumo de drogas, congestionamentos, prostituição, impactos ambientais entre outros, fazem com que os moradores apresentem certa indiferença com relação ao turismo. Chegou-se à conclusão, para que os impactos sejam minimizados e o turismo na cidade possa ser melhorado é preciso dar a devida importância para o planejamento, normatizando atividades turísticas e fazendo com que haja maior interação entre atores turísticos e a comunidade local.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Cultura; Planejamento.

Abstract: The tourist effect has generated analyses, studies and research on the relationships it produces as a result of travel and the negative or positive effects produced on the host populations. Considering that residents of tourist destinations are generally not consulted when tourism begins to develop in their locality. This article aims to present a discussion of authors who describe the impacts of tourism on host communities and the importance of knowing the perception and attitude of residents of the Bijagós Archipelago regarding tourism and its impacts. The research methodology included a literature review and it was possible to see that the positive impacts of tourism are related to money from tourists, job creation and strengthening of local culture. The emergence of negative aspects such as crime, increased drug use, traffic jams, prostitution, environmental impacts, among others, make residents show a certain indifference towards tourism. Among the actions suggested to minimize impacts and improve tourism in the city, the following stood out: the importance of planning, standardization of tourist activities and the need for union between tourist actors and the local community.

Keywords: Sustainability; Culture; Planning.

1. Introdução

A expansão das atividades turísticas nas últimas décadas reforça a sua importância no contexto socioeconômico. Globalmente, o número de chegadas de turistas internacionais atingiu 1,5 bilhão em 2019, representando um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. O setor empregou 319 milhões de pessoas em todo o mundo e foi responsável pela abertura de 1 em cada 10 postos de trabalho (OMT, 2020).

O planejamento turístico deve ser direcionado de uma maneira sustentável, assegurando que a sociedade garanta sua sobrevivência sem ultrapassar a capacidade do meio ambiente, pois é deste que provêm os recursos e o contexto para a economia e o desenvolvimento social.

É dever do Estado representar a comunidade e o interesse público. Logo, essa condição também se aplica ao setor turístico e o governo em exercício que, em suas diferentes instâncias – federal, estadual e local, atua como gestor máximo da atividade, elaborando e regulamentando medidas para maximizar o desenvolvimento do turismo, de forma sustentável (SWARBROOKE, 2000).

Desta forma, entende-se por desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às próprias necessidades, promovendo o crescimento econômico de forma ecológica e socialmente igualitária, ou seja, centrado no tripé: crescimento econômico, proteção dos recursos naturais e equidade social. (BRUNDTLAND, 1991).

Para a OMT (2003), o desenvolvimento do turismo sustentável consiste em atender às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Segundo Partidário (1999) turismo sustentável é aquele que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma, e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos

O desenvolvimento do turismo em ilhas, a exemplo do Arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau), pode provocar um excesso de demanda e superdimensionamento da oferta, trazendo danos ao meio ambiente.

Para os países em desenvolvimento, como Guiné-Bissau, o turismo também emerge como estratégia de dinamização econômica, ocorrendo a instalação de meios de hospedagem e outros equipamentos para a recepção de visitantes, apesar da precária oferta dos serviços básicos para os residentes locais. O país registra uma elevada precariedade de infraestrutura e também forte instabilidade política. O Arquipélago dos Bijagós, área de estudo desta pesquisa possui, no entanto, um potencial turístico relevante.

O Arquipélago de Bijagós (nome dado para grupos étnicos locais) foi declarado como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) preconizando a conciliação entre conservação e uso sustentável. O arquipélago é formado por 88 ilhas e ilhotas (Fig. 1), favorecendo o desenvolvimento integrado do turismo.

Conforme Correia Junior et al. (2017), a promoção do turismo em Guiné-Bissau não foi antecedida pelo planejamento e execução de ações que dariam suporte ao desenvolvimento sustentável dessa atividade. Tornar o turismo no país e em particular no arquipélago, é uma opção econômica que apresenta desafios, pois não estão resolvidos elementos que permitiriam a valorização do espaço e o uso turístico associado à conservação do patrimônio natural e cultural de parte dos seus lugares.

Cabe destacar também, problemas de infraestrutura básica presentes no Arquipélago dos Bijagós, como deficiência de acesso ao saneamento básico, acesso aos serviços saúde de qualidade, água tratada, coleta de lixo, transporte, entre outros. Com relação aos serviços de saúde, há carência de postos sanitários e hospitais, há presença de médicos somente nas grandes cidades da região e de enfermeiras em algumas aldeias, as visitas por parte de técnicos de saúde nas ilhas são praticamente inexistentes, gerando como consequências um número elevado de mortes de gestantes e alta mortalidade infantil.

Assim, a presente pesquisa busca descrever as características socioambientais e aprofundar o conhecimento sobre o Arquipélago dos Bijagós. Os resultados da pesquisa poderão subsidiar planejamentos futuros, direcionando esforços na minimização de impactos negativos e maximização no uso das potencialidades locais e regionais.

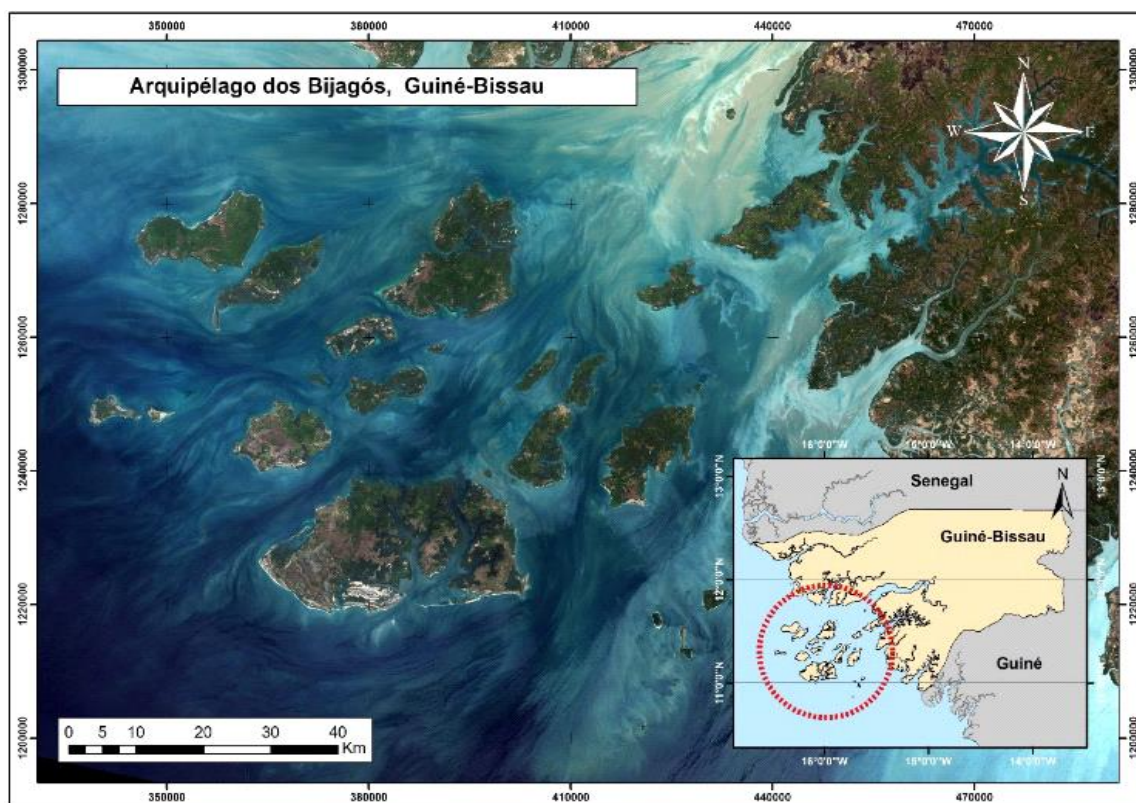


Figura 1 – Localização do Arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau).

Fonte: Correia *et al.* (2017).

1.1 Contextualização do Turismo no Arquipélago dos Bijagós

O Arquipélago dos Bijagós, se localiza no sul da Guiné-Bissau, com uma superfície de 10.000 Km², e uma população de 34.000 habitantes (INEC, 2009). O seu Índice de Desenvolvimento Humano está entre os mais baixos do mundo (0,289), com 2/3 da população vivendo abaixo da linha de pobreza e com uma expectativa média de vida igual há 52 anos (INEC, 2009). É uma zona de grande potencial agrícola e de elevada biodiversidade natural, que é a base da economia e sobrevivência da etnia Bijagó. Estes dependem diretamente da exploração da biodiversidade e dos recursos naturais, tanto em nível macroeconômico sustentável como em nível local. A prática de agricultura itinerante, a forma tradicional de pesca e a exploração de seus recursos naturais, constituem a base do desenvolvimento econômico sustentável do arquipélago e ocupam um lugar importante na vida cotidiana do Bijagó.

Em comparação com outros grupos étnicos da Guiné-Bissau, os Bijagós são de pele muito mais escura, sendo um dos grupos mais conservadores do país na preservação da sua cultura. A organização social é baseada em classes etárias, devendo os jovens atravessar um conjunto de etapas para obterem o estatuto de adultos. Para transitar de uma classe etária para outra, os jovens devem fazer um conjunto de cerimônias de iniciação, onde efetuam pagamentos ritualizados aos anciãos. Geralmente esses pagamentos são constituídos por moluscos, peixes, carne de tartaruga, vinho de palma entre outros, a fim de obterem em troca os segredos do conhecimento. Nestes rituais, aquele que oferece tem como objetivo obter o estatuto de adulto e com ele o direito à terra, ao casamento, e a perspectiva de uma viagem serena para o outro mundo (NÓBREGA, 2009).

A maioria da população dos Bijagós, segue tradicionalmente, uma religião animista, em que se acredita que os espaços públicos e naturais são habitados por entidades sobrenaturais que dirigem os desígnios humanos e a vida em geral. Do mesmo modo, muitos locais naturais (areais, ilhas, praias, mata, florestas, rios, mar) são considerados como espaços onde habitam esses seres ou a eles devotados e apropriados para um vasto número de ações rituais e, como tal, considerados sítios sagrados.

A Guiné-Bissau tem ainda uma população com um nível educacional reduzido e a sua maior riqueza no presente são os recursos naturais, já que o país tem poucas indústrias e serviços. Até a data presente, os recursos naturais da Guiné-Bissau têm sido suficientes para sustentar a população nacional (INEC,2009). No entanto, se a gestão dos recursos naturais não for feita de forma sustentável, os alimentos vão começar a escassear e a segurança alimentar das populações poderá estar ameaçada.

A situação do Arquipélago dos Bijagós é beneficiada pela confluência de estuários, correntes costeiras do Sul e do Norte e a existência de um estreito arenoso submerso e de uma superfície de manguezal de 37.000 ha. Tal fato, favorece ao desenvolvimento de uma fauna variada que apresenta interesse ecológico: peixes, crustáceos, aves limícolas, tartarugas do mar, hipopótamos, peixes-boi, golfinhos etc. Cerca de 50% da superfície terrestre do arquipélago é composta por palmeirais, sendo o restante essencialmente ocupado por savanas secas e úmidas (IBAP, 2014).

O patrimônio natural dessas ilhas, em especial suas praias e florestas, favorece as atividades de lazer e de turismo, nomeadamente, os banhos de mar, o turismo de natureza, ecoturismo e turismo de aventura. O mar e o clima são os principais fatores de atração turística. As ilhas que possuem praias de maior interesse turístico são: Bolama, Bubaque, Rubane, Maio, Caravela, Caraxe, Orango Grande, Orangozinho, Canhabaque, Quéré, Unhocumo, Unhocumozinho, Uno, João Vieira, entre outras. Constata-se que o maior número de chegadas de turistas é registrado entre os meses de novembro a maio devido às boas condições do clima nesse período do ano. A Figura 2 ilustra a beleza paisagística do lugar.



*Figura 2 – Vista aérea de paisagem no Arquipélago dos Bijagós.
Fonte: G.B. (2012).*

2. Metodologia

A metodologia aplicada no presente estudo fundamenta-se em uma pesquisa baseada na análise de sites de empresas de turismo que comercializam pacotes turísticos para o Arquipélago dos Bijagós, redes sócias, conteúdo bibliográfico, incluindo consultas às fontes digitais disponíveis na internet, na base de dados das instituições públicas. Essa etapa possibilitou uma visão ampla sobre o turismo na região. Na etapa seguinte, buscou-se compreender impactos econômicos e ambientais do turismo no Arquipélago de Bijagós.

3. Resultados e discussão

3.1 Conflitos entre Atores Turísticos e Comunidades

O Turismo de Base Comunitária (TBC) ou turismo comunitário, consiste em um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade. Assim, carrega em sua essência o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de bens e serviços turísticos (COSTA, 2013).

Turismo de base comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos. A ideia por trás desse conceito é promover um turismo mais justo, que coloque a população local no protagonismo em todas as etapas (planejamento, implementação e monitoramento) e leve em consideração a sustentabilidade social e ambiental das atividades.

Embora não haja uma definição amplamente aceita do TBC, a literatura específica considera, como elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo (LTDS, 2011; CORIOLANO, 2003, 2009; SANSOLO; BURSZTYN, 2009; IRVING, 2009).

Para Irving (2009), um novo olhar sob o TBC ocorre a partir da convergência de uma série de fatores surgidos em âmbito nacional e internacional, a saber: (i) a interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) a existência do capital social e o compromisso de “stakeholder engagement” como elementos fundamentais nas ações empreendidas por projetos internacionais; (iv) a inclusão do turismo nas pautas de ONGs de alcance internacional, associado a temáticas sociais e ambientais; (v) a mudança sutil no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental; (vi) a exigência de novas demandas na seara do planejamento, fruto da constatação de que o desenvolvimento do turismo, por vezes, não favorece as populações locais, contribuindo para a exclusão social; (vii) a emergência dos debates sobre o “turismo e sustentabilidade”.

O Brasil (2010) traça como princípios comuns ao TBC: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Para Sansolo et al. (2009), a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras são os componentes sustentadores desta proposta de turismo. Segundo esses autores, o turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado, e sim a possibilidade de um novo paradigma para o turismo. O potencial da atividade não se restringe aos benefícios econômicos, contribuindo também para o processo de revalorização da identidade cultural e para a manutenção do modo de vida das populações tradicionais.

Contudo, o desenvolvimento do turismo comunitário (ou de base comunitária) só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo, afirma Irving (2009). Na tentativa de delinear uma conceituação para o turismo comunitário, a autora apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais dessa atividade: (i) base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; (ii) participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; (iii) escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; (iv) geração de benefícios diretos à população local; (v) afirmação cultural e interculturalidade; (vi) compartilhamento e aprendizagem mútua entre o turista e os atores locais.

Há uma preocupação da comunidade local frente ao risco advindo da atividade turística, como a poluição nos rios, especialmente em locais de reprodução de diversas espécies. Os turistas que vêm frequentando as ilhas muitas vezes não respeitam os lugares que são considerados sagrados pela comunidade local, que para o povo esses lugares são de muita importância levando em conta as tradições e costumes praticado pelo povo Bijagós, e os operadores para eles esses espaços são estratégicos para construir seus empreendimentos e espaços de lazer.

Partindo de pressuposto de Pires (2002) de que a participação ativa da comunidade local constitui a única garantia ética de sustentabilidade de um processo efetivo de desenvolvimento, e que esta deve se dar ao longo da implementação de todo o projeto de desenvolvimento sustentável, e não apenas a partir de seu planejamento.

Barquero (2001), também destaca que o desenvolvimento local se propõe a atender às necessidades da população residente através da participação ativa da comunidade envolvida, buscando o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade e consequentemente a melhoria do nível de vida dessas pessoas, pois "as comunidades locais têm uma

identidade própria, que as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento" (BARQUERO, 2001, p. 39).

As regras da proteção ambiental, na maioria dos casos, não são respeitadas pelos operadores turísticos, em matéria da preservação ambiental e nas áreas consideradas protegidas pela entidade do país no caso da Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (IBAP, 2008). Salienta-se que nas ilhas do Arquipélago dos Bijagós convivem quatro principais grupos de atores/étnicos que têm diferentes maneiras da exploração de recursos naturais e o olhar ao meio ambiente diferente por exemplo: 1) a sociedade tradicional dos Bijagós cuja atividade tem permitido conservar a fisionomia do meio ambiente e da paisagem terrestre; 2) outros grupos étnicos nacionais, residentes no Arquipélago dos Bijagós, que exploram vários recursos naturais em escala maior; 3) estrangeiros residentes, atraídos pela riqueza em recursos haliêuticos e turísticos, são provenientes dos países da África Ocidental, da Europa e da América; e 4) pescadores estrangeiros (senegaleses, ganeinses, mauritanianos, europeus entre outros), que frequentam a comunidade do Arquipélago dos Bijagós. Estes quatro grupos de atores se relacionam de forma mútua, mas com interesses diferentes, e por isso, constantemente entram em conflito de utilização do espaço e da exploração dos recursos naturais.

Queiroz, et al. (2014, p. 2) descrevem que "o turismo em pequenas ilhas é altamente dependente da qualidade do ambiente marinho e costeiro", conseqüentemente, se faz necessário planejar um turismo brando, minimizando as interferências negativas nesses ambientes.

Segundo a OMT (2014), o desenvolvimento de turismo em ilhas deve ser orientado a cumprir planos que tenham plenamente claros sobre sua capacidade física e espacial, levando em conta a limitação dos recursos, especialmente a água, o litoral, a biodiversidade e a energia.

Há ainda que se destacar a especulação imobiliária, que acaba afastando a população local do seu território de moradia e atividade de origem. Tal processo ocorre das mais diversas formas, seja fisicamente vendendo suas terras e deslocando-se para outro lugar, seja participando informalmente na economia, sejam menosprezando os próprios valores culturais e submetendo-os a novas culturas trazidas pelos turistas.

3.2 Impactos Econômicos e Ambientais do Turismo

Para Carvalho et al. (2016), Ilhas são caracterizadas por possuírem espécies endêmicas, atrativos naturais únicos e são consideradas destinos exóticos para o turismo. A prática turística em ilhas requer a adoção de comportamentos adequados, por parte dos agentes públicos, privados e visitantes, respeitando os limites e favorecendo a preservação dos seus ecossistemas.

De acordo com Ignarra (1999), os impactos econômicos que mais beneficiam uma localidade turística são (i) aumento das receitas; (ii) aumento do recebimento de divisas; (iii) geração de empregos; (iv) estímulos aos investimentos; (v) redistribuição de renda e geração de impostos. A mesma forma que o turismo pode trazer benefícios, também pode trazer impactos negativos, sendo o principal deles é a pressão inflacionária. Tofani (1999) ressalta que o desenvolvimento do turismo em comunidades de base econômica frágil e sem diversificação tem provocado também o aumento das taxas inflacionárias.

A oferta turística conta com hotéis, restaurantes, trilhas ecológicas e atividades ligadas à pesca e visita às aldeias, mas o turismo se configura como uma atividade pouco expressiva economicamente para os habitantes no Arquipélago dos Bijagós que sobrevivem há séculos sem ajuda exterior e se mantêm de atividades de subsistência baseadas na agricultura e na pesca. Atrelar o potencial do arquipélago ao uso turístico sustentável, portanto à conservação ambiental, implica uso racional do patrimônio natural e cultural, operacionalização do turismo pelos habitantes, geração e distribuição de riqueza para as comunidades residentes.

A partir da ascensão do turismo na região do Arquipélago dos Bijagós, muitas pessoas foram atraídas a fixar residências nesta localidade, embora em diferentes esferas. Empresários e empreendedores ávidos por obter lucros do turismo, em sua maioria, despreparados para lidar com tal atividade (TORRES, 2001). De acordo com Cooper et al. (2001), à medida que o turismo continua a crescer em dada região, suas exigências sobre os recursos da área são cada vez maiores, e conseqüentemente o valor da terra se eleva. Os donos de terra locais são incentivados a vender as suas propriedades, e o resultado é que, embora possam obter ganhos à curto prazo, no final, a única coisa de que eles dispõem é de seu trabalho de baixa remuneração.

Segundo Bandeira (2002), o preço dos alimentos e outros produtos básicos sobem, tornando assim, o custo de vida mais caro para os autóctones, que em sua maioria tem pouca renda.

O fluxo de turistas concentrados na alta estação, tem contribuído para a degradação ambiental (desmatamento, poluição das praias e acumulo de lixo). Isto revela que o consumo do espaço turístico não está se dando de forma sustentável, não

sendo respeitada a capacidade de carga ambiental, que é a quantidade de turistas que um local pode suportar sem causar maiores impactos ao meio ambiente. O que já começou a ocorrer no Arquipélagos de Bijagós foi a degradação dos atrativos naturais, os quais representam o próprio produto turístico, podendo dessa forma comprometer o futuro da atividade do município local.

Segundo Ruschmann (1997), como o meio ambiente constitui um elemento fundamental do turismo, sua alimentação “sadia” é essencial para a evolução da atividade. A natureza intacta pode tornar-se economicamente viável desde que associado a proteção dos espaços naturais e à existência dos serviços e equipamentos oferecidos aos turistas.

O impacto a esses espaços naturais não se restringe apenas a natureza, pois a comunidade local e sua cultura também sofrem estes impactos, desde quando o cotidiano de vida é modificado e novos valores são introduzidos na comunidade. Quando a cultura importada passa a predominar, a cultural local perde seu valor, causando verdadeiros conflitos entre a população nativa que não consegue se adequar aos novos costumes, exatamente o que está correndo neste momento no Arquipélagos dos Bijagós, onde observa-se uma acentuada exclusão social da população local e marginalização de sua cultura.

Os lucros do turismo não estão proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos nativos ou da comunidade em geral. As políticas priorizam os empresários estrangeiros, atraindo cada vez mais investimentos sem o devido planejamento ambiental e econômico. Para que os custos sociais do turismo sejam minimizados, é preciso que os programas e ações para o incremento da atividade turística estejam associados a um planejamento global da região.

Em geral, os nativos acabam sendo excluídos do mercado de trabalho, pois não estão qualificados, perdendo a vaga para pessoas de outras localidades com um nível de educação maior. A educação deficiente é um grande problema no município de Bijagós, só há uma escola que oferece o nível médio, sendo que cursos profissionalizantes não existem. Neste contexto, é sugerido a implementação de cursos profissionalizantes, em especial ligados ao turismo, para preparar a população local para este novo mercado de trabalho.

Na Guiné-Bissau a gestão do turismo está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Turismo, órgão ligado ao Ministério do Comércio, da Indústria, do Turismo e do Artesanato. A estratégia de desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau, adotada nos anos 2000, identificou necessidade de intervenções para desenvolver a atividade: criação de acessos aos lugares de interesse turístico, renovação de infraestruturas, reforço das capacidades institucionais, atração de investimentos e acesso aos financiamentos, mas nenhuma delas foi implementada (ENGLISH, 2009).

Para Fernandes et al (2002), os resultados positivos ou negativos dos impactos econômicos do turismo sobre uma comunidade dependerão, em grande parte, do grau de desenvolvimento da região em estudo, pois qualquer indústria pode acarretar dois tipos de efeitos sobre a economia: I) intensa atividade de investimento, com períodos de expansão quando da sua implantação; e II) operação propriamente dita.

De acordo com Carvalho et al. (2016), a amenização dos efeitos negativos depende de planejamento e da integração com a população local para que o turismo possa se manter como uma atividade econômica.

É realçar, que em ambos os casos o volume dos impactos depende da capacidade da economia local de fornecer os bens e serviços demandados pelo setor turístico. Por exemplo, um hoteleiro que esteja ampliando seu empreendimento tiver todas as condições necessárias, tais como materiais de construção de boa qualidade e com preços acessíveis, mão-de-obra entre outros, melhor para ele e para a cidade.

A articulação do setor turístico dos Bijagós no tecido econômico nacional é extremamente frágil. As operações de aquisição das terras pelos operadores turísticos nos Bijagós não seguem, na prática, o princípio do “consentimento livre, preestabelecido e esclarecido” promovido à escala internacional. A maior parte dos operadores joga com as necessidades locais e a ingenuidade dos habitantes para atingir os seus fins, aproveitando da fragilidade dos direitos locais de propriedade e de usufruto das terras. Conflitos intermináveis ocorrem nas comunidades entre famílias, aldeias e clãs e, por outro, entre habitantes e operadores turísticos. A mercantilização das terras associada ao turismo cria uma dinâmica de competição pelas terras produtivas, o que constitui um vetor de conflitos potenciais em médio prazo.

Um dos problemas encontrados na comunidade de Bijagós é a questão da utilização dos espaços sagrados para fins de empreendimentos alheios à cultura bijagó, seja a utilização para empreendimentos turísticos, seja, mais recentemente, pelas igrejas evangélicas.

A Organização Mundial Turismo (1998), ressalta que determinados tipos de turismo, como o turismo de massa, não permitem a existência de um verdadeiro intercâmbio cultural entre visitantes e residentes, por favorecerem a difusão de imagens estereotipadas sobre determinados países e seus habitantes. Isso vem acontecendo em Guiné-Bissau, principalmente no Arquipélago dos Bijagós, onde a população tradicional é obrigada sair na rua com determinado vestuário, já que eles têm costumes de vestir tradicionalmente (os homens só cobrem com panos sem blusas e as mulheres com saias

tradicionais) (Figura 3). O turismo não deve destruir as diferenças, mas, pelo contrário, deve contribuir para a sua preservação.



Fonte: Jean François (2006).



Fonte: CDB-Habitat (2019).



Fonte: IMVF, (2013).



Fonte: Algarve Selvagem (2017).

Figura 3 – Mulheres e homens de Bijagós com vestidos tradicionais.

Fonte: Jean François (2006); CDB-Habitat (2019); IMVF. (2013); Algarve Selvagem (2017).

A cultura dos Bijagós não só é instrumentalizada, mas também desestruturada pelos oponentes turísticos, por um lado, a ênfase dada às tradições autênticas da população local, sem consulta a estas últimas, visa seduzir o turista ocidental que busca a autenticidade. Por outro lado, estas mesmas tradições são corrompidas assim que os chefes locais são incitados a vender os espaços sagrados das suas comunidades. A desapropriação territorial e cultural que se lhe segue abala por longo tempo as estruturas internas da sociedade Bijagós mina a sua capacidade de gerir coletivamente a mudança social em curso.

O problema encontra-se com as descrições sobre o que deve ser a sociedade e as cerimónias tradicionais dos Bijagós, já que a ocupação desses espaços em zonas reservadas para cerimónias específicas, como o fanado, muitas vezes impede a realização das mesmas. Essa ocupação tem também outros efeitos nefastos, ligados ao ambiente, já que as zonas arenosas do arquipélago são o lugar de desova das tartarugas, que não o fazem se o espaço estiver permanentemente ocupado.

Algumas praias são lugares de culto cerimonial, mas, igualmente, lugares para a circulação do gado, coleta de moluscos e a pesca. Ou seja, têm uma função cultural enquanto lugares sagrados, pois estão integradas no espaço do fanado, cerimônia periódica crucial para reajustar e atualizar a organização interna das comunidades e a relação entre os seus indivíduos.

Todos estes espaços e terrenos são frequentemente alvos da atração do setor turístico e da pesca artesanal. Estes espaços, além da sua função produtiva, têm também uma função social e religiosa, e fatores como a pressão turística, a instalação dos acampamentos de pescadores artesanais nestes lugares representam fortes ameaças à cultura Bijagó, porque a noção de espaços sagrados opera a união entre a ideia de que eles são necessários para a preservação da cultura bijagó e para a preservação do meio ambiente.

Há uma ideia de uma cosmologia africana “básica”, com uma estrutura em dois níveis, em que o primeiro é o dos espíritos menores e o segundo o do ser supremo. Os espíritos menores sustentam os acontecimentos e processos no microcosmo da comunidade local e o respetivo meio circundante, enquanto que o ser supremo sustenta os eventos e processos no macrocosmo, ou seja, no mundo como um todo. Como o microcosmo faz parte do macrocosmo, os espíritos

menores são vistos quer como manifestações do ser supremo, quer como entidades cujo poder deriva em última instância daquele (FRAZÃO, 2009).

A população de Bijagós expressou esse nominalismo da forma mais evidente nas relações entre a população Bijagós e a sociedade/natureza, relações que se expressam nos rituais religiosos, na cultura, na sociedade e na economia.

Segundo Lopes (1983), a tradição é parte do patrimônio cultural e socioeconômico do povo guineense e também de vários povos africanos. Ainda de acordo com autor supracitado, esse conceito deve ser protegido e valorizado, criando sempre mecanismos que garantam a sua manifestação, segundo os padrões concebidos pelos distintos grupos étnicos guineenses.

Para sociedade dos Bijagós, a natureza é caracterizada como um ente sagrado, subsistindo assim, uma relação cultural, religiosa e mítica entre homem e natureza, o que implica que a produção econômica social na apropriação do valor de uso dos recursos naturais se sobrepõe ao valor de troca, no atual processo de modernização mercantilista econômica e capitalista. Salienta-se que os Bijagós ocupam o arquipélago há muito tempo e até hoje não têm registro legal de propriedade privada individual da terra. Eles definem apenas como parcela individual o seu local de moradia, um pequeno pedaço de terra, sendo o restante do território considerado como área de uso comunitário e coletivo, com uso regulado e regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

4. Considerações finais

A partir do exposto, pode-se perceber uma preocupação relacionada aos efeitos negativos que o turismo pode desencadear nas comunidades receptoras e pelos efeitos positivos que podem ser potencializados, através da opinião da comunidade local.

Para que o desenvolvimento turístico ocorra de maneira sustentável e adequado, sua abordagem precisa ser interdisciplinar, com profissionais de áreas distintas trabalhando em conjunto, tanto na avaliação dos seus efeitos positivos e negativos como no encaminhamento de soluções para o mesmo. A população, quando integrada ao planejamento turístico de sua localidade, pode contribuir avaliando as insatisfações que isso desencadeia, assim como avaliar suas potencialidades. Porém, é necessário o monitoramento da opinião dos moradores local após os estágios iniciais do desenvolvimento. O monitoramento sobre a opinião dos moradores a respeito do turismo torna-se, então, indispensável para o planejamento adequado em uma localidade turística.

Não oferecendo dúvidas, a necessidade de melhorias no planejamento turístico, adoção de medidas, políticas e ações coordenadas, entre os setores público e privado, que priorizem a aspecto ambiental, visando à conservação do meio ambiente e o turismo sustentável, que constituem condições indispensáveis e básicas para o sucesso da indústria turística a longo prazo.

Para minimizar problemas de degradação ambiental na região sugere-se a implementação de ações de Educação Ambiental nas escolas públicas, o que poderá contribuir positivamente na sensibilização das comunidades face ao desenvolvimento sustentável e à utilização durável e racional dos recursos naturais do município de Arquipélagos dos Bijagós. Para preservar e gerir o patrimônio natural da Guiné-Bissau de forma duradoura, será necessário reforçar ainda mais o estatuto de proteção e a conexão entre as áreas protegidas e assegurar uma gestão integrada, com o envolvimento ativo das comunidades locais e dos outros autores que atuam na proteção ambiental.

No contexto das contribuições socioambientais e culturais, o saber tradicional é definido como o conjunto de saberes étnicos dos Bijagós, contendo uma cosmovisão do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração no arquipélago.

É fundamental a elaboração de um marco jurídico específico para a proteção da população dos bijagós em relação ao atual cenário de globalização, particularmente no que diz respeito o acesso à terra e aos lugares sagrados que podem estar ameaçados, juntamente com os conhecimentos tradicionais Bijagós e a terra dessa comunidade étnica, a exemplo dos interesses das empresas turísticas.

A terra tem sido cada vez mais ocupada por intensas atividades turísticas, imobiliárias, empresariais e governamentais. A invasão aos lugares sagrados, associada aos novos problemas causados pela globalização e as tarefas exigidas pela indústria turística, afetam o modo e estilo tradicional e costumes de apropriação da vida dos Bijagós.

Para que a Guiné-Bissau possa estruturar e qualificar seus municípios é necessário o envolvimento direto das comunidades receptoras. São elas que protagonizarão essa história. Todo esse movimento se traduz na capacidade de atuação mútua do cidadão guineense, o qual deve perceber-se como parte fundamental desse processo.

Por fim, é importante destacar a dificuldade de acesso a dados demográficos atualizados, haja vista que o último censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau ocorreu no ano de 2009. Também a carência de literaturas atualizadas a respeito do turismo naquele território.

Agradecimentos

À CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; e Programa CAPES/FUNCAP Proc. 88887.165948/2018-00: "Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC." Ao LAGEPLAN - Laboratório de Geoecologia das Paisagens e Planejamento Ambiental, Universidade Federal do Ceará-UFC.

Referências

- ALGARVE SELVAGEM. *Trilho do Sul*. Disponível em: <http://www.algarveselvagemtrilhosdosul.com/438568923>. Acesso em 17 de jan.2021.
- Carvalho, R.G.A.; Decol. F. ; Gil, L.F.; Lanzer, R.M. Um estudo sobre as atividades turísticas em seis ilhas brasileiras. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 10(1), pp. 173-188, 2016.
- BANDEIRA, A. da S. *A política do turismo na Bahia e a apropriação do espaço litorâneo: o exemplo de Itacaré*. 2002. 237p. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal da Bahia, 2002.
- BARQUERO, A. V. Tradução de Ricardo Brinco. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, Editora da UFRGS, 2001.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BURSZTYN, I. et al. Benchmarking: *Praia do Canto Verde*. Caderno Virtual de Turismo, v. 3, n. 3, p. 18-32, 2003.
- CDB- CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE-HABITAT: *Etnologia da cultura Bijagó, Guiné-Bissau*: Disponível em: <https://www.cbd-habitat.com/ecoturismo-parque-nacional-de-orango>. Aceso em 20 de março de 2020.
- CORREIA JUNIOR, A.; SILVA, E. V.; FERNANDES, L. M. M.; LOUZADA, C. O.; GOMES, W. S. N.; RABELO, F. D. B. Turismo de natureza no Arquipélago dos Bijagós/Guiné-Bissau: a busca por uma proposta sustentável. *Anais... IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2017.
- COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. *Turismo, princípios e prática*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CORIOLA NO, L. N. M. T. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLA NO, L. N. M. T; LIMA, L. C. (Org.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: Eduece, p. 26-44. 2003.
- _____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SA NSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 277-287, 2009.
- COSTA, H. A. *Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ENGLISH, P. *Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional, estudo realizado sob a égide do Quadro Integrado* pedido pelo Governo da Guiné-Bissau, 2009.
- FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferreira. *Economia do turismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

- FRAZÃO, M. *Plantas e “Pecadores”*. Percepções da Natureza em África. Lisboa: Horizonte, 2009.
- GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUINÉ-BISSAU. *Cimeira mundial sobre o desenvolvimento sustentável: relatório nacional*. Bissau: Secretaria de Estado do Ambiente e Turismo, 2012. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- IBAP.INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. *Estratégia nacional para as áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau 2014 – 2020*, Bissau, 2014.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- IMVF.INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR. *Bijagós, Bemba di Vida: Ação cívica para o Resgate e Valorização de um Património da Humanidade*, 2013. Disponível em: <https://www.imvf.org>. Acesso em: 20 jan.2020.
- INEC.INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU. *Censo Demográfico*. 2009. Disponível em:<<http://www.stat-guinebissau.com>. Acesso em:23 fev. 2020.
- IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SA NSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009
- JEAN FRANÇOIS HELLIO E NICOLAS VAN INGEN: *Arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau): O traje tradicional é feito de palha de diversas cores*. Encontrado no site:www.triplov.org. Acesso em 20 de fev. de 2020.
- LOPES, C. *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Cidade: Ed. Catez/UNESCO, 1983.
- LTDS. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. Relatório Técnico: *Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: PEP/COPPE / UFRJ, 2011.
- NÓBREGA, Á. *A gestão do espaço e da propriedade tradicional no arquipélago dos Bijagós*, Instituto Superior em Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Editora?, 2009.
- ORGANIZACAO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Traduzido por: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- ORGANIZACAO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Impact of Covid-19 on global tourism made clear as UNWTO counts the cost of standstill*. Disponível em: <https://scielo.br>. Acesso em 13 de jul. 2021.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Tourism in Small Island Developing States (SIDS): building a more sustainable future for the people of Islands*. Disponível em: de <http://www2.unwto.org>. Acesso em 10 de out. 2021
- PIRES, P. dos S. *Dimensões do Ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- QUEIROZ, R. E, GUERREIRO, J., & VENTURA, M. A. *Demand of the tourists visiting protected areas in small oceanic islands: the Azores case-study Portugal*, 2014.
- RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 3. ed. Campinas (SP): Papirus, 1997.
- SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro*. In: BARTHOLO, R.; SA NSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 142-161, 2009.
- SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental*. 3 ed. São Paulo:Aleph, 2000.

TOFANI, F.P. *Os Desafios do desenvolvimento sustentável em comunidades frágeis sob o impacto do turismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TORRES, A. P. *Capacidade de carga turística como fator de sustentabilidade ambiental: o caso da cidade de Itacaré*. 2001. 51f. (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

YOUELL, R. *Turismo: uma introdução*. Tradução de Beth Honorato. São Paulo: Contexto, 2002.